

ENTREVISTA: Breves Registros da Vida Acadêmica

Maria Angelica Motta-Maués

RE – Quando iniciou suas atividades na UFPA?

MAM – Primeiro quero agradecer muito o convite, tão especialmente feito, para esta entrevista, no número inaugural da Revista editada pelo GEPEM. E, desse modo, poder dividir com quem me ler alguns breves registros de minha vida acadêmica em nossa universidade. Iniciei minhas atividades como professora, na UFPA, em agosto de 1971, após ser aprovada para a única vaga, no primeiro concurso público para prover o cargo de “Auxiliar de Ensino” (primeiro nível da carreira docente, nas universidades federais), da disciplina Antropologia, pertencente ao então Departamento de História e Antropologia, do Centro (hoje Instituto) de Filosofia e Ciências Humanas. Sou, portanto, a primeira professora de Antropologia a entrar por concurso, na UFPA – até então os professores entravam por indicação dos catedráticos de cada disciplina, escolhidos entre aqueles que, a critério desses mesmos catedráticos, mais se distinguiam no seu desempenho acadêmico. Aquele Departamento era constituído por dois Grupos de Trabalho, o de Antropologia e o de História. Nosso grupo era dirigido, e o foi por muito tempo, se não me engano até sua aposentadoria, pelo querido e saudoso Professor Arthur Napoleão Figueiredo, que já havia criado, desde os tempos da

Maria Angelica Motta-Maués é Doutora em Sociologia (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFPA). Bolsista de Produtividade do CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM – IFCH/UFPA).

E-mail: angelicamaues@uol.com.br

antiga Faculdade de Filosofia, o Laboratório de Antropologia, que abriga até hoje todos os professores de Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais, pertencentes ou não ao PPGCS – em prédio próprio que, desde sua inauguração, leva (merecidamente) o nome daquele professor, daí a sigla LAANF.

RE – Na área do ensino de Antropologia, quando e como você iniciou a desenvolver as teorias de gênero?

MAM – Comecei a trabalhar com a questão de gênero na área do ensino de Antropologia, ministrando disciplinas no mestrado em Antropologia, na verdade numa espécie de movimento de mão dupla em que meu interesse mais antigo e sempre mantido pela temática (desde os anos setenta, no meu mestrado), traduzido em trabalhos apresentados e publicados e, no acompanhamento do estado da arte dessa questão, “casava” com o interesse dos alunos (na sua maioria alunas) que eu orientava. Já que nesse momento eu não tinha um projeto de pesquisa nessa área – que é o que sempre alimenta nossas propostas de ensino na pós-graduação. A primeira disciplina dedicada a essa questão, em nosso mestrado, aliás, foi ministrada, conjuntamente, por mim, como responsável e pela professora Cristina Cancela. Depois disso, passei a oferecer sempre individualmente, todo ano, num semestre, uma disciplina voltada para essa questão. E se alguém se der ao trabalho de olhar os títulos e as ementas dessas disciplinas vai ver que eles têm traduzido o andamento do debate acadêmico dessa questão, desde a consideração particular de uma “questão da mulher” (assim, no singular), das relações de gênero, da questão de gênero, *tout cour*, até a discussão das masculinidades, das sexualidades e da produção das diferentes identidades de gênero. Só para dar uma ideia do andamento da discussão dessa temática, que procurava abordar nas minhas disciplinas para o mestrado e depois, conjuntamente, para o doutorado, a discussão sobre a construção das masculinidades foi um tema que – embora da maior relevância e, de certo modo, fundamental para entendermos e

interpretarmos a produção das diferenciações e das hierarquias de gênero – costumamos a incorporar em nossas discussões e estudos. E isso, considerando que, ao mesmo tempo em que se construía um debate sobre “a mulher”, uma alentada produção acadêmica – só na área da Psicologia Social encontrei mais de quatrocentos artigos e um debate adiantado em antropologia nos EUA e na Austrália, por exemplo – já se fazia presente, sem que considerássemos, sequer em referências, sua existência. Mas, como caminhamos muito, como disse antes, ao sabor dos projetos que inventamos para pesquisar nossos caros temas, desde meados dos dois mil venho estudando, mais especificamente, a questão das configurações de família, da infância e da circulação de crianças na Amazônia, vendo-me hoje trabalhando gênero na interface com essas temáticas. O que não significa uma atenção “menor” à questão. E, neste sentido, para não parecer isso apenas retórica, devo dizer (embora não precisasse, a rigor, fazê-lo) que a vida social é *gendered*, o que já diz da dimensão e, portanto, da exigência antropológica, sociológica da consideração e da interpretação da questão.

RE – Quais as principais linhas desse estudo que você desenvolveu até hoje?

MAM – Mais, talvez, que desenvolver linhas, o que tenho feito em boa parte de meus estudos é trabalhar com temas ligado às questões de gênero que, quando comecei a fazê-lo, não tinham, digamos assim, esse rótulo. Assim, como ocorre na vida acadêmica, isso se deu no mestrado com a escolha de um tema e um objeto de estudo para realizar um trabalho de campo e elaborar minha dissertação. Tudo começou com uma pequena pesquisa, proposta como trabalho de final de curso de Metodologia, feita entre mulheres migrantes do sertão baiano que viviam em Brasília (onde eu fazia o mestrado na UnB, juntamente com meu colega e marido Heraldo Maués), numa “invasão” nos terrenos do Clube do Congresso, à beira do lago Paranoá. A pesquisa e o trabalho que escrevi (no ano de 1975)

tiveram como tema as percepções, proibições e práticas relativas ao ciclo biológico feminino, com ênfase na menstruação, gravidez, parto e puerpério. Os resultados dessa breve incursão antropológica ao campo foram tão ricos em dados que este pequeno trabalho foi o embrião de meu projeto de dissertação. Nela (defendida em 1977) eu estudei o *status* das mulheres, em contraposição ao dos homens, em uma pequena localidade do município de Vigia, Itapuá, tomando como base as etapas do ciclo biológico das mulheres e o simbolismo e a intensa ritualização de que eram objeto. Dado esse que servia de marcador social privilegiado para estabelecer a diferença crucial hierarquizada entre mulheres e homens, naquele universo. Estávamos, porém, entre o início e os meados dos anos setenta, quando o debate sobre a chamada “questão da mulher” pouco chegara aos arraiais da antropologia no Brasil, no que se refere ao estudo acadêmico da questão – apesar da participação militante de várias de nossas (mais tarde) importantes antropólogas.

Neste sentido, passei meu curso sem ouvir falar nessa questão e acabei, como disse uma vez em um seminário do GEPEN, “fazendo gênero”, quando não se falava ainda nesta questão, uma vez que o que fiz na dissertação, para ver a posição de mulheres e homens, foi, na verdade, perceber e interpretar as injunções de gênero, que informavam aqueles status. Tratando de simbolismos, de rituais, considerando ideias e práticas em torno do ciclo biológico das mulheres, trabalhei com autores que propunham teorias do simbolismo e do ritual, como Arnold Van-Gennep, Mary Douglas, Edmond Leach e Victor Turner, sem poder esquecer Claude Lévi-Strauss, que esteve sempre a inspirar minhas análises do material, mesmo num diálogo com seus críticos do estruturalismo inglês. Quando a questão foi posta na mesa por minha disciplina, no início dos anos oitenta, entrava eu no doutorado, mas agora para estudar a questão racial no Brasil, através de extensa pesquisa documental e de campo, sobre a produção intelectual das elites negras (e brancas) sobre essa questão, cobrindo um período que vai dos meados dos anos dez ao final dos anos oitenta do século XX.

Passei mais de dez anos sem me dedicar, mais diretamente, ao estudo da questão e sem quase falar sobre gênero (aqui, ali, falava, sim, e escrevia sobre meu rico material de Itapuá, até hoje não totalmente explorado – fiz isso, ainda, em 1993, 1998 e 2000, por exemplo aqui e fora do Brasil). Eis, então que no projeto que desenvolvia depois do doutorado e que tratava de estudar relações raciais e percepções sobre os negros em Belém, entre o final do XIX e início do XX (explorando dois tipos de fonte: documentais e histórias de vida de pessoas velhas, com mais de setenta anos) começaram a surgir muitos e muito interessantes dados sobre uma figura feminina, a “mulata paraense” (na verdade a representante, nesse momento, da figura tão presente entre nós da mulher pobre, provedora de tantos lares – embora goste de ressaltar sempre que esse papel se estende, ou pode estender-se às mulheres das camadas médias) e sobre variadas configurações de família, as quais, se organizaram sua existência naquele período de tempo coberto pelo projeto, não deixam, o que era mais relevante ainda, de estar presentes entre nós, nos dias de hoje. Assim, quase que instada a fazê-lo, e já totalmente “encantada” com meus, cada vez mais, interessantes achados de campo (no sentido mais correto do termo), escrevi, primeiro um artigo, logo publicado (Motta-Maués, 2004) e, em seguida, um projeto, no âmbito de minha bolsa de produtividade do CNPq, que estou desenvolvendo ainda, e que chamei, com inspiração *freyreana*, “Modos e Modas de Família: ‘circulação de crianças’, configurações de família e adoção na Amazônia”. Nele, lido com essas questões, privilegiadamente, entre camadas médias e altas de Belém (embora sem desconsiderar, inclusive como contraponto, as camadas chamadas populares) e cruzo fontes de minha observação direta, permanente, muitas vezes participante, com outras, fruto de relatos pessoais atuais, de adultos e crianças, das memórias de família, das situações encontradas na literatura clássica e contemporânea nacional (especialmente amazônica) e internacional, incluindo também nessas fontes de dados, com a devida legitimidade antropológica, minha própria memória, na

medida em que, considerando, inclusive, minha idade, tenho chance de recuperar, como faço no projeto, histórias familiares de mais de sessenta anos. O que me dá a especial possibilidade de descobrir e identificar um variado painel da vida social ao meu, ao nosso redor, entre nós mesmos (dessas camadas médias ainda tão pouco contempladas, comparativamente em relação aos grupos populares, nos estudos de minha disciplina), tendo a chance de acompanhar essa vida social, mais distante no tempo e nas situações atuais, nas diferentes traduções que as fontes permitem. O que significa poder ver também as injunções do gênero, como gosto de chamar, estabelecendo diferenças, construindo hierarquias, forjando desigualdades, mas, ao mesmo tempo, esperançosamente, unindo pessoas, não importa que “pares” formem, na busca presumida da felicidade que a união desejada dessa díade garantiria.

RE – Principais correntes que você tem estudado nessa teoria?

MAM – Não sei se tenho como responder a essa pergunta; não segui, propriamente, “correntes”, pelo menos nunca considerei que assim o fizesse – mesmo sabendo das leituras que se faz dos autores, de conjuntos de autores, neste sentido. Apenas utilizei certos estudiosos de minha disciplina que propunham idéias e exploravam situações sociais, universos diferenciados que iluminavam, como costumamos dizer, e me ajudavam, por minha vez, a entender e interpretar (já que não buscamos explicações) meu material de campo.

RE – Você considera importante esse conceito nos estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral?

MAM – Conforme afirmei, há pouco, a vida social é informada pelo gênero, ou talvez, melhor dizendo, pela ideia e a consideração que fazemos desse conceito, mais do que isso, dessa forma de pensar e localizar o mundo e as pessoas nele. Desse modo, tal como ocorre com a “raça” em certos contextos históricos (sociedades de passado

escravista, por exemplo), ou mesmo, mais do que isso – pois, da ideia de gênero, nenhuma sociedade etnologicamente conhecida pode se considerar eximida –, a percepção das diferenciações e hierarquias de gênero marca, para o bem e para o mal, as relações sociais em qualquer sociedade, de qualquer canto da terra. Preciso falar mais para dizer da importância crucial desse conceito? E junto, ou mais que isso, dessa questão e seu estudo?

RE – Quais os autores que você costuma utilizar nesses estudos?

MAM – Quero citar primeiro aqueles que me acompanham ou, pelo menos, me inspiram sempre em meus estudos e interpretação do material identificado neles. Refiro, assim, Claude Lévi-Strauss, Simone de Beauvoir (que, aliás, escreveram suas primeiras obras referenciais – “As Estruturas Elementares do Parentesco” e “O Segundo Sexo”, respectivamente, no mesmo momento), Bronislaw Malinowski, Margaret Mead, Arnold Van-Gennep, Erving Goffman, Mary Douglas e, mais contemporaneamente, gosto de me valer das ideias e propostas de interpretação sobre a questão de gênero e dos temas de meu interesse mais atual de autores como Anthony Giddens, Peter Gay (de quem aprecio e compartilho o gosto do uso de certos tipos de fontes), Peter Brown e, mais, Marilyn Strathern, Judith Butler, François de Singly, Brigitte Lhomond, além dos portugueses Anália Torres e Miguel do Vale Almeida. Entre os brasileiros ou que trabalham no Brasil, quero referir Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto DaMatta, Suely Kofes, Myriam Lins de Barros, Maria Luiza Heilborn, Marlise Matos, Michel Bozon, Jeni Vaitsman. Não queria terminar essas minhas referências e preferências, sem incluir os romances e outras obras literárias. E o faço com a maior ênfase e (praticamente) o mesmo estatuto dos estudos acadêmicos, considerando sua importância para minhas análises e, até mesmo, seu valor como “substitutos” – conforme já afirmei

em um artigo (Motta-Maués, 2012) – das etnografias quando não as tenho. Entre a “recherche” de Proust, a que recorro sempre e tanto e meus outros clássicos preferidos, as Brontë, Austen, Woolf, Elizabeth Barret-Browning, Flaubert, Machado ..., recorro, com prazer, aos muitos autores atuais do mundo todo, com um lugar especial para Saramago, ou da literatura nacional – incluindo neste rótulo os autores locais, mais antigos ou atuais –, com recorrência especial a Dalcídio Jurandir, Lindanor Celina, Inglês de Souza, Milton Hatoum, Sultana Levy Rosenblat, Marques de Carvalho. Com eles viajo no tempo e no espaço dialogando com situações e personagens que me ajudam a compreender e interpretar aqueles outros da vida social que estudo para produzir, por minha vez, de certa forma, outras ficções.